



Pandemia no Brasil: a interrelação entre comportamento anti(ético), decisões políticas e características histórico-sociais

Lívea dos Santos Martins¹

Marlon Marcus Pereira²

Mauro Bruno de Araújo Macêdo³

Patrícia Maria Fernandes⁴

Resumo: O ano de 2020 assolou o mundo com uma pandemia viral causando redução do PIB mundial, centenas de mortes e uma nova perspectiva de interação da comunidade, com maior abertura de novas formas de trabalhar, como home office e efeitos psicológicos de um confinamento forçado. Nesse cenário, este artigo pretende abordar, do ponto de vista histórico-social e político, o comportamento individualista dos brasileiros frente à pandemia do vírus COVID-19, bem como os impactos causados na sociedade brasileira.

Abstract: The year 2020 plagued the world with a viral pandemic causing a decrease in the world GDP, hundreds of deaths and a new perspective of community interaction, with greater opening of new ways of working as home office and psychological effects of a forced confinement. In this scenario, this article intends to address, from a historical-social and political perspective, the individualistic behavior of Brazilians in the face of the pandemic of the COVID-19 virus, as well as the impacts caused on Brazilian society.

Palavras-chave: Pandemia, COVID-19, individualismo

1. Introdução

Em meio à pandemia do novo Corona-Vírus no Brasil, o comportamento do brasileiro agravou a disseminação do vírus pelo país. Esse comportamento é analisado através de alguns aspectos acerca de uma visão histórico-social sob a perspectiva da violência na base da formação do povo brasileiro, como a escravidão e outras formas de se exercer o poder, uma visão a partir das dificuldades entre mandos e desmandos pela relação entre Ministério da Saúde e poder executivo

¹ UFGD / FAFICH / livea.santos.2020@gmail.com

² UFGD / FAFICH / marlonmarcus@ufmg.br

³ UFGD / FAFICH / mauromacedo@ufmg.br

⁴ UFGD / FAFICH / patriciamariafernandes@yahoo.com.br



em meio à pandemia, o caráter ético e anti(ético) do indivíduo no sentido de suas decisões pessoais em contraposição a uma visão de segurança coletiva e ainda como um conservadorismo crescente na sociedade pôde dificultar no cumprimento dessas regras de combate a disseminação evidenciado pelo “negacionismo” científico e fundamentalismo religioso.

2. Uma retrospectiva histórica para o comportamento do brasileiro

2.1. Uma história de violência e desconfiança

A constituição do Brasil como Estado foi, desde o início da sua colonização, reconhecidamente violenta. Inicialmente a escravidão indígena foi explorada pelos portugueses, que se aproveitavam das rivalidades intertribais locais, aliavam-se a uma tribo no combate com as demais de forma a favorecer tanto os índios aliados como o processo de escravização da tribo inimiga pelos portugueses. A escravidão indígena só foi proibida no Brasil em 1757, em um decreto do Marquês de Pombal. Entre 1539 e 1542 teve início o uso de mão de obra escrava africana na colônia brasileira. De acordo com o censo de 1872 encomendado por Dom Pedro II, o Brasil registrava 10 milhões de habitantes, onde a população escrava correspondia a 15,22% desse total (CENSO 1872). Essa que ficou conhecida como a maior escravidão do mundo era extensivamente usada na produção canavieira, cafeicultura e na mineração, embora também fosse utilizada em serviços domésticos e outros ofícios como carpinteiros, sapateiros, pedreiros. As relações dos escravos com seus dominadores ocorriam em uma sociedade patriarcal (Freyre, Gilberto) e, embora em muitos casos fosse marcada por negociações diretas entre o senhor e seus escravos, inclusive com possibilidade da compra própria alforria pelo cativo, era respaldada pela lei quanto ao uso da violência para seu controle. Como exemplo, a lei número 4 de 10 de junho de 1835 proibia os escravos de causar qualquer tipo de ofensa ou agressão ao patrão e aos companheiros que com ele moravam, punindo-os com açoites ou, na maioria dos casos, com a pena de morte ([Lei número 4 de 10 de junho de 1835- pág. 5](#)). A banalização do uso da violência durante todo o período escravista do Brasil foi registrada por historiadores como Maria Helena Pereira Toledo Machado em seu livro “Crime e Escravidão”, e mecanismos de tortura como o anjinho, o tronco, o açoite e o ferro quente eram de comum uso pelos senhores.

2.2. O homem cordial

Em seu livro “*Raízes do Brasil*” (27 ed, 2014), lançado inicialmente em 1936 e tendo sido posteriormente objeto de várias reedições ao longo do século XX, Sérgio Buarque de Holanda

consagra o termo “homem cordial” para classificar o comportamento do brasileiro. O senso comum tende a adotar o significado de cordial como aquilo denota sinceridade, afabilidade, amabilidade. Embora seja esse um dos sentidos da palavra, o “Cordial” dado por Sérgio Buarque se refere ao “relativo ao coração” de maneira conotativa para expressar a impulsividade, o domínio das ações pela emoção, pelos sentimentos, comum em nossa cultura. Essa forma impulsiva, emotiva, pouco ponderada de agir ante ao inesperado é um reflexo ainda facilmente observado em expressões como “vou acabar com sua raça” usadas nos conflitos cotidianos no país ou em brigas de trânsito ou bares que rapidamente saem de discussões para agressões físicas.

2.3. O “jeitinho” brasileiro

Diante de uma herança violenta, seja no contexto escravista, seja no contexto atual de comunidades carentes, e do comportamento impulsivo, alguns historiadores contemporâneos como Leandro Karnal defendem o uso do “jeitinho” brasileiro como uma forma de enfrentamento sem o confronto direto. A insegurança ante o comportamento tipicamente passional, o medo pelo histórico de violência conhecido e divulgado nas mídias, leva o brasileiro a adotar uma postura de negociação ante a situações de confronto. Esse posicionamento do brasileiro é tipicamente marcado pelo uso do diminutivo nas situações em que, diante da possível negativa usa expressões como “só mais um pouquinho, dar um jeitinho...” e da apresentação inicial sempre por cumprimentos ou sinais de amistosidade. Essa forma de negociação, constantemente adotada nos enfrentamentos, essa postura de constante desafio ao status quo sem confrontar diretamente pelo medo, seja do uso da violência, seja pela reação inesperada do confrontado, caracteriza a sociedade brasileira como permissiva e pouco aderente às normas e leis.

3. A Ética no Brasil

Para Aristóteles (Aristóteles - Política, editora Vega, 1998) a ética consiste naquilo que diz respeito ao indivíduo, a arte do “saber viver”. Trata do comportamento moral, aquilo que é justo. Com essa definição, é possível questionar se a prática se assemelha à teoria, tendo em vista o atual momento da sociedade brasileira: o de enfrentamento da pandemia causada pelo coronavírus SARS-CoV2, que é a causa da doença Covid19.

Desde o primeiro caso da doença anunciado em dezembro de 2019, na cidade de Wuhan, na China (Estado de Minas Internacional, 2020), o comportamento da população brasileira foi bastante oscilante. Por exemplo, quando foi divulgada uma imagem de uma fila de caminhões militares para



remover corpos de vítimas do coronavírus em uma provinciana Itália, no mês de março (UOL, 2020), época em que o país contabilizava cerca de 35 mil pessoas infectadas e quase 3 mil óbitos -, houve uma comoção nacional. No entanto, quando o Brasil atingiu a marca de cem mil mortos, em Belo Horizonte, foi permitida a abertura parcial do comércio para compras em comemoração ao dia dos pais, o que causou aglomeração nas ruas e no comércio da cidade (Estado de Minas Gerais, 2020). Esse fato demonstra que, mesmo com um número tão alto de mortos em detrimento do novo coronavírus, parte da população ainda age como se isso não estivesse acontecendo. Assim sendo, pode-se questionar onde está a ética daqueles que, em meio a um surto viral, consideram mais importante a comemoração de um feriado à preservação da vida. Essa diferença no comportamento dos brasileiros frente aos acontecimentos nas duas nações, Brasil e Itália serve para mostrar como perdemos o sentimento de amor ao país e aos nossos compatriotas, e como nos "acostumamos" com a tragédia e a desgraça com o tempo. Essa comoção acerca do que acontece em outros países e descaso com o que acontece em sua própria nação demonstra que o sentimento patriota é quase inexistente. E, essa conduta é contrária àquilo que Aristóteles (Aristóteles - Política, editora Vega, 1998) define como ética, que também diz respeito à conduta do ser humano na sociedade – aqui sendo a sociedade na qual o indivíduo vive e atua. Mas, apesar de reprováveis do ponto de vista ético, as atitudes da população, de descaso com seus conterrâneos, são espelho do comportamento de seus governantes. O presidente, por exemplo, durante todo o período da pandemia, foi flagrado em diversas situações sem fazer o uso da máscara, um equipamento de proteção individual recomendado pela OMS para reduzir a propagação e o contágio por covid-19. Então, se a maior autoridade do país desrespeita as recomendações em público e em meio a aglomerações, obviamente, grande parte da população vai repetir seu exemplo.

4. Decisões políticas sobre a condução da pandemia no Brasil e no mundo

4.1. Preparação/antecipação do país prestes a chegada do Corona vírus

A China, em 31 de dezembro, informou a Organização Mundial da Saúde (OMS) sobre um vírus que estava se espalhando pelo país e em março já estava em 114 países onde foram registrados pela OMS 118 mil casos e 4.291 mortes. Diante a eminente propagação do vírus em todo mundo, em março deste ano, o governo federal, por meio do Ministério da Saúde, Luiz Henrique Mandetta, anunciava um resumo das principais medidas de combate ao novo Corona vírus. Neste mesmo mês a OMS declarava a pandemia. Esse programa se estenderia a todos municípios e se chama Saúde na Hora 2.0 com gasto estimado em 900 bilhões. O ministro destacou ainda que os



insumos adquiridos com a China, nesse primeiro momento, em torno de 4 milhões de máscaras, deveria ter uma prática de preço não abusiva em que antes cada máscara era comprada a 11 centavos passando posteriormente a 2 reais. Além dessas medidas, apresentou a ideia de se criar um conselho interministerial para ações em conjunto de vários ministérios.

4.2. Ações de combate ao Corona vírus/ministério da saúde e mudança de ministros

Em março de 2020 algumas medidas foram anunciadas como recomendação para cancelamento de eventos e cruzeiros turísticos, em São Paulo e no Rio de Janeiro, Home Office e suspensão de aulas, medida provisória com pelo menos R\$ 5 bilhões adicionais, reforço no Mais Médicos, capacitação dos laboratórios para testes de Sars-Cov-2, mais leitos de UTI e horário estendido em postos de saúde. Em 16 de abril o Ministro responsável pela pasta do Ministério da Saúde renuncia ao cargo em meio a dificuldades de implementação de medidas de isolamento mais fortes e divergência quanto ao posicionamento do presidente da república, que defendia a abertura do comércio. Mandetta se alinhava à recomendação da OMS, mas com dificuldades de efetivação das mesmas em função dessa dificuldade com o Executivo. Mandetta defendeu seguir as recomendações de especialistas locais para o enfretamento da disseminação do vírus e defendia ainda base científica para o enfrentamento efetivo ao alastramento da doença. Em meio a essa situação houve então uma discussão em vista a quem se deveria seguir essa recomendação de isolamento ou não, ficando a cargo do Supremo Tribunal Federal (STF) a decisão. No dia 15 de abril, o STF decidiu que, além do governo federal, os governos estaduais e municipais tinham poder para determinar regras de isolamento, quarentena e restrição de transporte e trânsito em rodovias em razão da epidemia do Corona vírus. Após a saída do ministro Mandetta, assume a pasta do Ministério da Saúde Nelson Teich e no dia 27 de abril as entrevistas de cunho técnico foram retomadas e o novo ministro diz que “nada será feito de uma hora para outra”, declara ainda que conversará com governadores e que nenhuma medida intempestiva será tomada sem ter sido pensada. O Ministro Teich renúncia ao cargo no dia 15 de maio, também por divergências com o governo Bolsonaro sobre a política adotada no combate ao Corona vírus, principalmente com relação a indicação ao uso de medicamento (Cloroquina) sem base científica comprovada sobre sua eficácia no tratamento da Covid 19. Com a saída de Nelson Teich, assumiu interinamente o Ministério da Saúde o General Eduardo Pazuello, homem de confiança do presidente Jair Bolsonaro. Pazuello vinha atuando como secretário-executivo da Saúde desde a transição de Mandetta. O ministro interino foi classificado como “resolvedor de problemas” segundo um colega do Curso do



Comando de Estado-Maior do Exército. Após chegar ao número de 100 mil mortos pela pandemia, o ministro interino, se contradiz dizendo que apoia as medidas autônomas dos estados e municípios, no entanto se diz favorável a reabertura das atividades econômicas se alinhando com o discurso do presidente que defende a manutenção dessas atividades desde maio. Dia 8 de agosto, o ministro interino afirma que “é preciso entender como conter o sangramento” e que “não há nesse momento diferenças ideológicas ou partidárias”. Pazuello ainda sugere atendimento imediato e preventivo.

5. Conclusão

Em suas raízes de colonização ibérica, o Brasil carrega um histórico de violência, medo e um comportamento passional ante seu concidadão, que leva uma postura de negociação no que tange o cumprimento das leis e uma sociedade permissiva. Além disso, uma mudança na perspectiva ideológica política recente voltada para valores conservadores (família, religião, militarismo) e um negacionismo científico agravaram o quadro do país que, medida pós medida adotada durante crise pandêmica levaram o país para um grande número infectados e óbitos quando comparado as demais nações. Com um pensamento coletivo, uma política voltada para os interesses sociais e não puramente econômico liberais e aliada a ciência e as práticas indicadas pela OMS, poderíamos ter tido um quadro muito diferente para a crise instalada no Brasil.

6. Referências Bibliográficas

HOLANDA, Sérgio Buarque de. **Raízes do Brasil**. 27. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2014. 254 p.

FREYRE, Gilberto. **Casa-grande e senzala: formação da família brasileira sob o regime patriarcal**. São Paulo: Global, 2013. 726 p.

BRASIL, BBC News. Notícias. Brasil, 2020. Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese>. Acesso em: 16 set. 2020

UOL (Brasil). O melhor conteúdo. In: Uol. Brasil, 2020. Disponível em: <https://www.uol.com.br/>. Acesso em: 16 set. 2020

ARISTÓTELES, Política, Tradução de Antônio Campelo de Amaral e Carlos Gomes. Editora Vega, 1998.